

# **Relações de trabalho no ofício da pesca artesanal no baixo Amazonas: a dimensão do saber pela experiência**

Bianca Santos Bento da Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Esta apresentação procura analisar como vêm sendo construídas as relações de trabalho entre os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade do Remanso, interior do município de Parintins, estado do Amazonas, na Amazônia brasileira. Sendo a pesca artesanal a principal fonte de subsistência e de renda dos povos ribeirinhos da Amazônia, pretende-se compreender como se deram as principais formas de captura e comercialização do pescado nessa região e, como estas formas influenciaram no trabalho destes pescadores e pescadoras, assim como compreender de que maneira a dimensão do saber pela experiência está contemplada nesta relação. O texto é uma amostra parcial da pesquisa de Doutorado que venho realizando desde o ano de 2014, por meio de abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e documental e da análise de entrevistas realizadas com pescadores e pescadoras da região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de trabalho. Baixo Amazonas. Pescadores. Pescadoras. Saber da experiência.

## **Introdução**

O estudo parcial de discussões teórico-acadêmicas sobre a pesca artesanal no Amazonas, especificamente no município de Parintins, região do baixo Amazonas e a análise de entrevistas com pescadores e pescadoras sustentam essa reflexão sobre as relações de trabalho pautadas nos saberes construídos pela experiência do ofício da pesca na Comunidade Nossa Senhora das Graças do Remanso.

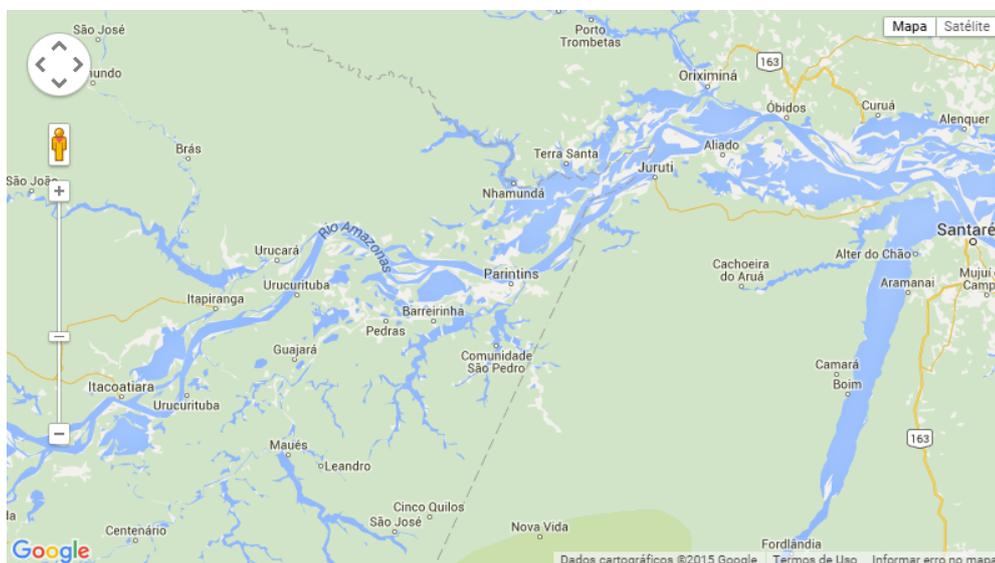
A pesca é uma atividade secular na Amazônia, herdada dos povos indígenas e integra o cotidiano dos ribeirinhos que habitam o Amazonas ao longo de seus rios, constituindo o modo de ser, de viver e organizando as rotinas dessas populações que fazem da pesca sua principal atividade de subsistência e de renda, proporcionada pela vastidão hídrica da região, já dito, entre outros autores, por Leandro Tocantins: “A Amazônia impressiona logo à primeira vista pela água” (TOCANTINS, 1988, p. 124).

O rio Amazonas, maior do mundo em volume e extensão, nasce nos Andes peruanos e adentra o Brasil com o nome de Solimões. Após seu encontro com o rio Negro, que banha a capital amazonense, forma o encontro das águas e segue seu curso com o nome de rio Amazonas. Esse rio divide-se em mesorregiões definidas como alto,

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - RS/Brasil. [bianca\\_santos@ifam.edu.br](mailto:bianca_santos@ifam.edu.br)

médio e baixo Amazonas. O território do baixo Amazonas/AM abrange uma área de 107.507,60 Km<sup>2</sup> e é composto por sete municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará.



**Figura 1-** Mesorregião do baixo Amazonas/AM.

**Fonte:** Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

O município de Parintins, que dista 369 km da capital, Manaus, possui cerca de 42 comunidades ribeirinhas que desenvolvem a atividade de pesca artesanal como a principal atividade de subsistência e renda. Entre essas está a comunidade Nossa Senhora das Graças do Remanso, localizada a seis horas de barco do município de Parintins/AM, em um dos braços do rio Amazonas.

A comunidade Nossa Senhora das Graças do Remanso depende econômica e socialmente da pesca artesanal como atividade principal, sendo seguida do cultivo de mandioca, macaxeira, milho, produção de farinha e da criação de aves de pequeno porte (galinhas e patos).

A pesca artesanal é definida pela Lei nº 11.959/2009 (MPA) como sendo uma atividade:

[...] exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esses pescadores atuam na proximidade da costa, dos lagos e rios (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA/MPA, 2014).

Apesar de ser uma atividade baseada na “simplicidade”, de acordo com a própria definição do MPA (2014), a pesca artesanal se faz complexa e exige de seus

protagonistas conhecimentos diversos para o seu exercício. Esses conhecimentos são construídos ao longo da vida dos pescadores e pescadoras, passados de geração a geração por meio da experiência vivenciada diariamente desde a infância nas comunidades localizadas ao longo dos rios, braços e afluentes amazônicos.

Diegues (1983) indica uma compreensão de pescador artesanal como sendo aqueles que *“se identificam com um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador”* (DIEGUES, 1983, p. 197).

A pesca artesanal não se constrói por meio de saberes formais, escolarizados, mas sim na relação do homem com a natureza e na socialização de experiências vivenciadas pelos sujeitos com sujeitos de outras gerações de pescadores, no enfrentamento dos desafios diários para a captura do pescado. Para o pescador artesanal o pescado possui valor de uso, pois se constitui como principal fonte de proteína animal do ribeirão, mas também é constituído pelo valor de troca, pois serve de mercadoria geradora de recursos financeiros para aquisição de produtos necessários a sua existência e à própria manutenção de seu ofício pesqueiro (MARX, 1985).

A captura do pescado pode ser feita de diferentes modos e com a utilização de diversos apetrechos. Na comunidade do Remanso a captura é realizada principalmente por meio de malhadeiras e de espinhel. Contudo, esses apetrechos e suas formas de captura modificam-se de acordo com o tipo de pescado e, também com a época do ano, pois o ciclo das águas dos rios: enchente (dezembro a abril); cheia (maio a julho); vazante (agosto a setembro);seca (outubro a novembro) influencia na organização das atividades da vida ribeirinha e, também, no tipo de pescado a ser capturado, conseqüentemente o tipo de apetrecho a ser utilizado (FILIZOLA;OLIVEIRA, 2006).

É comum, após a captura do pescado os peixes maiores, com melhores aparência, sem “machucados” (espécies mais procuradas, peixes de escama) serem separados para a comercialização e os demais, que por sua aparência, peso e tamanho, possuem menor valor de troca, serem consumidos pela família. Essa prática existe não só na comunidade do Remanso, mas em outras comunidades pesqueiras da região.

A comercialização do pescado no Remanso dá-se de duas formas: a) por meio da venda direta ao comerciante no município de Parintins; b) por meio da venda ao

atravessador dos flutuantes<sup>2</sup> ou dos barcos que ficam na entrada da comunidade. A venda aos atravessadores faz cair o lucro dos pescadores, mas como a maior parte dos pescadores e pescadoras não têm condições de levar seu pescado até Parintins, pois o custo de conservação do pescado sai muito caro, esses optam por ter um lucro menor e vender aos atravessadores.

As formas como acontecem a comercialização dos produtos da pesca, demonstram a inexistência de políticas agrícola e agrária voltadas para a região amazônica, favorecendo, dessa maneira, o surgimento e ação de diferentes agentes no processo de comercialização dos produtos pesqueiros (FRAXE, 2011).

### **A organização do trabalho da pesca artesanal e a dimensão da experiência**

A comunidade do Remanso possui cerca de 50 famílias que desenvolvem a atividade de pesca em regime de produção familiar. Os pescadores quando não vão para a pesca sozinhos, recebem ajuda de filhos, esposas, cunhados, tecendo uma rede familiar de produção. Esse tipo de pesca possui pequena escala de produção, mas somando-se as atividades de pesca artesanal no país, estas somam cerca de 45% da produção pesqueira nacional (MPA, 2014).

O modo de vida da comunidade organiza-se a partir do trabalho pesqueiro que desenvolvem. A organização das rotinas, dos horários, dos lazeres, das saídas, dos cultos, do calendário está toda relacionada à organização das atividades e dos tempos de pesca, que possui uma relação direta com a natureza, visto ser o ritmo das enchentes/cheias, secas/vazantes que ordenam o ofício desenvolvido na comunidade. Apesar de estarmos no século XXI ainda encontramos nas rotinas das populações tradicionais do Amazonas a organização por tarefas, tão bem descrita por Thompson no ensaio *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*, que compõe a obra *Costumes em comum* (1998), quando retrata a organização temporal do trabalho na fase pré-industrial.

A melhor compreensão dessa organização do ofício foi possível a partir da análise das entrevistas não estruturadas realizadas com 10 pescadoras e 18 pescadores da comunidade do Remanso. Essa aproximação com a comunidade deu-se em função do

---

<sup>2</sup>Locais construídos sobre os rios destinados à atividades comerciais e recreativas existentes ao longo dos rios amazônicos. Esses locais abastecem as comunidades ribeirinhas, por seu comércio e, constituem espaço para ação de compra do pescado por atravessadores.

trabalho realizado nos anos de 2010 a 2012, a partir de um Programa Federal, que tinha como finalidade a certificação de saberes construídos no trabalho por esses pescadores e pescadoras, tendo iniciado, nesta ocasião, uma grande inquietação acerca das relações de trabalho na comunidade.

Com os dados obtidos nas entrevistas verificamos que as idades desses trabalhadores e trabalhadoras da pesca variavam entre 20 e 61 anos. O tempo no ofício da pesca variava entre 2 e 42 anos. O pescador mais antigo na pesca possuía 50 anos de trabalho, ou seja, sua atividade de pesca teve início aos oito anos de idade. Uma das características da atividade pesqueira é a não exigência da idade. Como eles dizem: “enquanto o ‘caboco’ tiver força, ele pesca” (J.A.B. ;52 anos).

Entre os entrevistados verificamos que todos eles aprenderam a pescar ou com o pai (na maioria das vezes), ou com o padrasto ou com os irmãos mais velhos. Entre as mulheres, a maior parte aprendeu a pescar com seus maridos. A figura masculina é predominante nos ensinamentos do ofício aos seus familiares, exercendo papel principal nesta relação. Apenas uma pescadora (A.A.B. ; 41 anos), disse que seu marido, também pescador, não sabia pescar quando se casaram, sendo ela que havia lhe ensinado, mas que o fazia “*disfarçadamente*”, sem que o mesmo “*percebesse*” estar sendo ensinado por uma mulher.

As relações de gênero aparecem em diversos momentos das/nas relações de trabalho. Possuem espaço para estudo nesta relação, contudo não é nosso foco de discussão, nesse momento. Em diversas falas vimos a descrição do trabalho da pesca como sendo uma atividade mais masculina, principalmente pelas duras condições de trabalho, pelo esforço físico exigido e pelos perigos naturais encontrados no ofício. A relação da mulher à figura de azar também esteve presente em alguns relatos, sinalizando uma construção social de gênero relacionada às representações produzidas sobre os homens e as mulheres em cada cultura e em cada sociedade (BECK, 1989).

Contudo, a atuação da mulher no processo produtivo é constante e fundamental. As 10 pescadoras entrevistadas foram unânimes em dizer que têm medo das tempestades, medo dos bichos, principalmente os jacarés e as cobras. Seu maior medo é o não voltar para casa, por causa de acidente e ter que deixar seus filhos sozinhos. Contudo, elas participam da pesca junto com seus maridos.

Entre outras tarefas, as mulheres auxiliam na confecção e conserto dos apetrechos de captura do pescado, tal como malhadeiras e espinhéis. Dentre os 28 entrevistados, 22 deles sabem confeccionar seus apetrechos (malhadeira e espinhel) e 4 deles preferem comprar esse material, diminuindo, assim, o tempo gasto no trabalho.

O processo de confecção e conserto dos apetrechos de captura é, para além do tempo de organização do trabalho, uma oportunidade para a construção de relações sociais na comunidade e, também, um momento de aprendizado, em que pescadores mais antigos ensinam a arte do entalhe aos pescadores mais novos. Geralmente essa atividade é realizada por um homem, um pescador.

Nas horas e momentos em que os pescadores e pescadoras reúnem-se para a tessitura das malhadeiras vão sendo construídas as discussões políticas, de trabalho, as insatisfações, as expectativas, vão sendo contados os “causos” familiares, religiosos, as peripécias vivenciadas na pesca, os problemas e angústias vão sendo tecidos junto com as malhas que daqui a alguns dias estarão sendo jogadas na “toalha líquida”, referência que Leandro Tocantins (1988) faz ao grande rio-mar (rio Amazonas). A vida também vai sendo organizada nestes momentos de modo individual e coletivo pela atividade do trabalho. É pela atividade do trabalho, categoria fundante e fundamental do ser social, que Lukács (2007) vai buscar compreender o homem em seus fundamentos e na construção da práxis social em suas ações e reflexões no mundo e sobre o mundo<sup>3</sup>.

O contato com esses e essas protagonistas e as leituras teóricas realizadas permitiu-nos verificar que eles possuem experiências comuns no ofício da pesca, que demonstram toda uma perícia, todo um saber construído pela experiência compartilhada com as gerações anteriores e atuais, sendo esses saberes apresentados em um vasto conhecimento sobre os locais de pesca<sup>4</sup>, sobre a geografia local, os apetrechos de pesca construídos, o conhecimento matemático não formal, a geometria, a botânica, as localidades em que se encontram determinadas espécies de pescado, saberes que se constroem pela experiência vivenciada, mais uma vez, nas relações de trabalho e em compartilhamento com seus pares.

---

<sup>3</sup>Para aprofundamento ver LUKÁCS, G. As bases da atividade e do pensamento do homem. In: o jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 230.

<sup>4</sup> Dentre todos os pescadores e pescadoras entrevistados, nenhum deles utiliza algum instrumento de localização. As rotas e trajetos de pesca são feitos por meio de mapas mentais construídos no exercício do trabalho e pelos astros, quer seja durante o dia, quer seja durante a noite.

A faculdade apurada de descobrir o pescado, de ir aos seus sítios preferidos, de conhecer, pelo marulho<sup>5</sup> da água, pelo canto dos pássaros, pelas plantas marginais, pelo cair dos frutos junto à toalha líquida, a presença e a qualidade do peixe, a vinte, a cem a mil léguas dali, são outros ouvidos afinados, outros tatos sensíveis, outra inteligência penetrante, outros braços e mãos habilidosos, a afirmar a identidade cultural (TOCANTINS, 1988, p. 124-125).

Todas essas experiências, buscando aqui ser entendidas a partir de um conceito thompsoniano, que supera a noção de empiria e, privilegia a noção de experiência em articulação com a cultura, constituindo um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos pela via do pensamento e do sentimento<sup>6</sup>: “*os valores não são apenas ‘pensados’, nem ‘chamados’, são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias*” (THOMPSON, 1978, p. 367), tornam-se elementos que contribuem na construção de uma identidade do pescador e da pescadora artesanal e que contribuem também para a formação dessa classe de trabalhadores.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnada em tradições, sistemas de valores, idéias(c.f) e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

Na relação com seu cotidiano pescadores e pescadoras vão, por meio de seu ofício, construindo saberes resultantes das experiências advindas do seu trabalho, de suas partilhas. Esses saberes podem ser entendidos como saberes sociais, visto que é pelo trabalho que nos constituímos como seres sociais (ALVES; ARAÚJO, 2003, p. 63-64). Na relação com esses saberes e na convivência com o outro vão se construindo formas de ver o mundo por meio de suas experiências que, ao longo do tempo e na interação com seus parceiros de ofício e de classe passam a compreender e, muitas vezes, contestar a realidade em busca de uma transformação.

---

<sup>5</sup>Agitação permanente das águas do mar, constituída pelo movimento incessante de vagas curtas e pouco altas, às vezes imperceptível.

<sup>6</sup> Para aprofundar o conceito de experiência em Thompson, verificar Thompson, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.362.

Assim, entendemos que a formação da classe em Thompson não ocorre somente pela partilha de práticas comuns, aqui no caso os saberes que dominam no ofício da pesca, mas essa classe também se constitui em oposição a outros com interesses diferenciados.

### **As preocupações do ofício: as condições de trabalho**

Registramos a preocupação de grande parte dos pescadores e pescadoras entrevistados em relação à “ameaça” representada pela figura do atravessador, muito falada e problematizada na comunidade, além de serem apontados como uma das principais causas do baixo lucro na comercialização do pescado.

A insatisfação em relação a essa figura é notória, pois o fato de boa parte dos pescadores e pescadoras não terem acesso a financiamentos para a compra de suas embarcações ou, a falta de uma organização por cooperativa na comunidade para a construção de um frigorífico –resultante muitas vezes da falta de políticas e programas voltados para o ribeirinho –o que facilitaria o armazenamento do pescado nas épocas de escassez, faz com que seus produtos sejam vendidos aos atravessadores por preços abaixo de seu valor e do trabalho empreendido em sua captura. Além disso, os pescadores e pescadoras submetem-se a pesar seus pescados na balança dos próprios atravessadores, essa, muitas vezes, alterada (relatado por pescadores da comunidade), lesando o pescador e a pescadora em todo o seu processo de trabalho.

Um dos relatos sobre isso, foi do pescador H.S.B. ; 23 anos: *“Muitas vezes tiramos pouco dinheiro na pesca porque temos que passar ao atravessador por um preço que ele “dá”. É muito caro ir pra Parintins vender nossos peixes. Aí, a gente tem que vender “pro” atravessador mesmo”*.

Aqui retomamos a ideia de classe de Thompson (1987), quando esta se opõe a outro na contestação da realidade pela sua consciência de classe, pela sua experiência de grupo. Definimos que essa é uma das grandes lutas desses pescadores e pescadoras que, ao se identificarem como profissionais da pesca, ainda encontram-se em condições desfavoráveis de trabalho, mas que, da forma como sabem e podem, tentam resistir à exploração a que são submetidos nos processos de comercialização de seus produtos.

Outro relato que aponta uma preocupação constante entre os pescadores e pescadoras da comunidade é a falta do cumprimento de legislação em relação aos grandes barcos pesqueiros que chegam do estado do Pará para pescarem em áreas

utilizadas por eles. É importante explicitar aqui que, o município de Parintins se localiza mais próximo de cidades do Pará, por exemplo Santarém, do que da capital Manaus.

Como a pesca paraense é uma pesca em escala industrial (existem pescadores artesanais, também), pescadores e pescadoras do Remanso enfrentam a concorrência com barcos grandes, munidos de modernas tecnologias e pessoal profissionalizado que acabam por diminuir a oferta de pescado e as chances de captura dos que pescam artesanalmente nesses mesmos espaços. Como nos mostra Diegues (1983), quando falava da ruptura da relação entre os pescadores-lavradores e pescadores artesanais no início do século XX, a relação com os grandes barcos de pesca *“reflete a imprevisibilidade da produção enfrentada tanto na canoa a remo quanto na canoa a motor. Ambas exploram um meio ambiente limitado devido ao tamanho e a potência dos meios de produção”* (DIEGUES, 1983, p.193). Sobre isso, o pescador R.N.T. ; 24 anos, relata: *“No Remanso faltam leis que regulem a pesca, não deixando pessoas de fora da comunidade para pescar no lago”*.

Entre outras, essas são duas situações bem problemáticas que afetam as relações de trabalho na comunidade: i) a figura do atravessador e ii) a concorrência injusta com grandes barcos pesqueiros. De forma coletiva pescadores e pescadoras tentam organizar-se para que haja mudanças. Contudo, esses fatos não são recentes e pescadores e pescadoras sentem a falta do estado na melhoria de condições na realização de seus ofícios.

Entre outros saberes necessário à atividade da pesca artesanal está o conhecimento básico de algumas legislações, entre elas a legislação que trata do período do defeso<sup>7</sup>. Todos os entrevistados possuíam conhecimento da referida legislação, porém três deles confessaram não cumpri-la por não possuírem outra forma de ganho para subsistência de suas famílias, alegando que o salário defeso sempre atrasa, *“obrigando-os”* a realizar a pesca fora da época permitida, mesmo correndo o risco de perderem o seguro repassado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Essa postura é problematizada na comunidade e não recebe o apoio dos demais pescadores e pescadoras.

A pesca é a atividade principal da comunidade, contudo esta é intercalada com as atividades de agricultura no cultivo da mandioca, da macaxeira e do milho além de

---

<sup>7</sup>Período do ano em que a captura de algumas espécies é proibida por estarem em fase de reprodução, sendo que a pesca pode ser proibida de forma total ou parcial. Esse período, conhecido como defeso, é definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), variando de acordo com as diferenças regionais do País.

pequenas hortaliças e com a confecção de farinha, realizadas principalmente na época do defeso e na época das enchentes (dezembro a maio), quando há maior dificuldade na captura de peixes, pois esses se dispersam devido à grande quantidade de água. A produção de outras culturas possibilita a subsistência das famílias da comunidade.

Entre os 28 entrevistados, 17 vivem única e exclusivamente de pesca e os demais realizam atividades de cultivo e criação de pequenos animais, como galinha e patos. Também verificamos que uma pescadora divide seu tempo sendo merendeira na única escola da comunidade, um pescador é auxiliar de professor de informática e a pescadora mais antiga (61 anos de idade) recebe recursos da aposentadoria. Ganhos que somam-se à renda da pesca.

Trataremos agora sobre as condições de segurança, ou a falta delas, a que o ofício do pescador artesanal está submetido. Dentre os 28 entrevistados apenas dois relataram o uso de equipamento de proteção individual (epi), ou seja, o uso de luva de borracha forrada com tecido e o outro que utilizava colete salva-vidas. Dentre os demais são utilizados apenas o chapéu de palha, a calça comprida e a blusa demangas compridas como proteção do sol.

A não utilização dos epi's não ocorre apenas pela falta de possibilidade de aquisição, mas também, porque a maioria dos pescadores e pescadoras diz já estar acostumado com a realidade do rio e do trabalho e, que alguns desses equipamentos acabam “atrapalhando” o serviço. Esse é um hábito passível de mudança, visto que o ofício da pesca apresenta riscos de morte em seu desenvolvimento, seja pela existência de animais peçonhentos, seja pela possibilidade de ferimento com os apetrechos ou, pela própria perda da embarcação para as tempestades. A confiança na perícia do ofício, adquirida pela experiência, nem sempre é totalmente positiva.

Os espaços naturais os quais pescadores e pescadoras desenvolvem suas atividades é cercado por animais de toda espécie, há risco de tempestades, risco de acidentes com grandes barcos e balsas que muitas vezes na pesca noturna acabam por “engolir” as pequenas canoas e embarcações desses pescadores e pescadoras. É um ofício em que o contato com o risco de morte é constante.

A falta de condições de trabalho acarreta o adoecimento e o sofrimento de pescadores e pescadoras. Relatos como o de R.A.B. ; 45 anos: *“Acho sofrida a profissão de ‘pescadô’... principalmente a noite... o sereno e frio... de dia o sol quente. Perigos da pesca à noite, fora os perigos do rio... Se tivesse mais estudo podia ter um emprego melhor... uma vida melhor”*. Ainda sobre este aspecto R.S.L. ; 24 anos, relata: *“Tenho*

*medo dos perigos da pesca, do sofrimento, da fome, do frio. Algumas pessoas se ‘admira’ de ‘vê’ mulher pescadora”.*

Verificamos que além da falta de condição e proteção social pescadores e pescadoras enfrentam a falta de condições objetivas e de segurança, muitas vezes mínimas, para o trabalho (SCHERER, 2013).

Aliado aos relatos das dificuldades e falta de condições de segurança na pesca, encontramos a fala da educação e do estudo como algo redentor para a situação em que se encontram. Essas falas aparecem com maior frequência entre os mais jovens, que não querem passar pelo o que os pais passam, buscando no estudo outra forma de manutenção e sustentabilidade financeira.

Para dar continuidade aos estudos é necessário sair da comunidade, pois esta possui somente uma escola municipal que atende até as séries iniciais, com professores cedidos da prefeitura de Parintins ou de comunidades mais próximas. Os que querem dar sequência aos estudos precisam deslocar-se até outras comunidades próximas e maiores, como a comunidade do Mocambo.

Ressaltamos que todo esse deslocamento é feito de transporte fluvial que, quando não é financiado pela prefeitura de Parintins tem que ser provido pelos próprios moradores da comunidade.

A fala do estudo, também aparece nas entrevistas dos mais velhos, contudo sob a forma de capacitação e aperfeiçoamento do seu ofício. Apareceram falas demonstrando a vontade de realizar cursos voltados ao beneficiamento do pescado, o que elevaria a renda do pescador e da pescadora; de gerenciamento; de conserto de motor das canoas, de novas técnicas de captura de pescado. Todos esses cursos sempre pensando no desenvolvimento individual para o desenvolvimento coletivo da comunidade do Remanso.

Não querendo aprofundar a temática e fugir do foco proposto, vemos a necessidade de abordarmos aqui a importância dos Institutos de Ciência e Tecnologia – IC&Ts do estado do Amazonas na construção de projetos de Tecnologias Sociais<sup>8</sup> – TSs que possam dar conta das demandas sinalizadas por essa e por outras comunidades.

---

<sup>8</sup>O conceito de Tecnologias Sociais (TSs) está associado aos pressupostos de uma tecnologia que surge como alternativa sustentável e emancipatória, voltada a grupos que vivem em situação de desigualdade social (DAGNINO, 2009).

Percebemos que o trabalho por meio das TSs junto à comunidade aqui descrita, consiste em pensar uma nova forma de vida para essa população com vistas a possibilitar uma vivência mais digna por meio da apropriação mais autônoma dos meios de produção buscando: “a criação de condições para que a população local experimente a melhoria nas condições de vida num efetivo exercício de conquista de cidadania pela inclusão social” (CHAVES, 2013, p.12). Contudo, nossa visão não se faz ingênua ao pensar que somente o desenvolvimento de TSs por meio dos IC&Ts mudarão o cenário aqui exposto em atendimento às demandas da comunidade. Temos ciência da necessidade, também, da elaboração de políticas públicas sérias que reconheçam não só a necessidade, mas o potencial transformador dessas comunidades ribeirinhas, por meio de seus saberes e experiências integrados e dialogados com os saberes dos IC&Ts. É um desafio que está posto.

Sobre a organização política existe um presidente da Associação de moradores da comunidade Nossa Senhora das Graças do Remanso, escolhido entre seus habitantes que promove reuniões comunitárias a fim de discutir os problemas da comunidade e, principalmente da situação de pesca. Um dos assuntos que sempre está em pauta é a necessidade de se organizarem em regime de cooperativa e lutarem, principalmente para a construção de um frigorífico na comunidade, o que acarretaria melhores condições de armazenamento do pescado e também a criação de estoque para as épocas de defeso e de escassez de pescado.

Nem todos os pescadores e pescadoras são associados à Colônia de Pescadores – Z-17, em Parintins, mas os que são participam das reuniões na busca por melhores condições de seus trabalhos por meio de diversas frentes, representando muitas vezes os anseios da coletividade.

### **Considerações Finais**

Verificamos que com o passar do tempo a atividade de pesca artesanal que inicialmente era apenas para a subsistência das famílias dos pescadores e pescadoras, tendo apenas valor de uso, com o desenvolvimento de outras e novas relações comerciais passa a ter também, seu o valor de troca, exigindo de seus trabalhadores e trabalhadoras novas posturas e conduções de trabalho. Contudo, esta ainda é a atividade principal das populações ribeirinhas.

Apesar do ofício da pesca artesanal ser considerado por muitos como uma atividade “fácil”, e, talvez, de baixa complexidade, na prática isso não se configura como uma verdade. A atividade de pesca artesanal exige de seus trabalhadores e trabalhadoras uma dedicação quase que exclusiva e durante todo o tempo, visto terem suas vidas organizadas pela atividade pesqueira. Mesmo quando não estão no rio estão preparando seus apetrechos, planejando suas viagens, provendo seus mantimentos. Assim, o trabalho da e na pesca exige uma dedicação intensa àqueles que dela tiram exclusivamente seu sustento.

Apesar da não necessidade de conhecimentos escolares para o desempenho da atividade de pesca encontramos a necessidade de estar atento aos acontecimentos, aos preparativos, a construção de apetrechos, às localidades por meio de elaborações mentais de trajetos, por quais os mais velhos navegam para que seu ofício seja desenvolvido com excelência e com menos riscos de morte e acidentes possível.

Percebemos que o processo de comercialização do pescado ainda é um processo injusto, em que pescadores e pescadoras ainda ficam com a menor parte do lucro, sendo expropriados do valor real do produto de seu trabalho.

Ao mesmo tempo em que encontramos tanta dificuldade neste trabalho verificamos que muitos que nele estão há tempos, ainda necessitam e desejam melhorar sua prática por meio da oferta de capacitações, de volta aos estudos, de melhoria nas condições de trabalho.

Constatamos que, para além dos encontros de trabalho terem um fim em si mesmo, estes são encontros de construção de sujeitos individuais com semelhanças e diferenças para a construção de um coletivo que se quer mais fortalecido por meio da construção de uma compreensão da realidade em que está inserido. Verificamos, assim, que o homem se funda e se constrói por meio de sua práxis social, em meio às suas ações e reflexões e que, a existência do outro é fundamental para essa construção.

Vimos que a importância das experiências vivenciadas e compartilhadas pela comunidade para além de estarem vinculadas somente aos saberes necessários à pesca constituem-se como saberes para a vida, representando mudanças de posturas, construindo capacidade de questionamento na busca por lutas mais organizadas.

A necessidade de uma maior organização política e a observância e conhecimento da força de suas ações coletivas precisam ser ainda mais discutidas e vivenciadas por essa comunidade.

Percebemos a necessidade urgente de políticas públicas, principalmente de nível estadual, para que essas comunidades sejam olhadas, sejam enxergadas com o respeito que merecem para que, talvez, seja ressarcida de toda uma dívida histórica que os poderes públicos possuem com as populações ribeirinhas da Amazônia, principalmente nos aspectos de educação, saúde e trabalho.

Durante os últimos dois governos o Ministério da Pesca e Aquicultura nunca teve tanta visibilidade nacional e nunca teve tanto recurso para investimentos na área da pesca. Contudo, verificamos que por motivos que fogem a nossa compreensão nesse momento, ainda não conseguem atingir boa parte das comunidades pesqueiras do Amazonas que, na labuta de sol a sol constroem suas realidades muitas vezes duras e por ora, desanimadoras.

Com a reforma ministerial ocorrida em outubro desse ano, esse Ministério foi extinto e incorporado ao Ministério da Agricultura. Esperemos as ações advindas desta nova configuração.

O tudo que os poderes públicos dizem já ter feito até o momento para melhoria das condições dessas populações ribeirinhas ainda não deu conta de extinguir a falta de condições dignas de trabalho e de vida de boa parte dessas comunidades.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. ; ARAÚJO, R. Thompson, Lukács e o conceito de experiência – um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do trabalho**. Vol. 5. n.10. julho-dezembro de 2013, p. 53-70.

BECK, A. **Pertence à mulher**: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Fórum de discussão sobre o universo social da mulher, a pesca e sua relação com a ecologia. Natal, Rio Grande do Norte. 1989.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Lei nº 11.959** de 29 de junho de 2009 Constitui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as 134 atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm) Acesso: 30 de outubro de 2015.

CHAVES, M. do P.S.R. *et al.* Desenvolvimento com sustentabilidade: uma experiência de inovação social na Amazônia. In: CHAVES, M. do P.S.R.; LIMA, J. (Org.). **Inovação, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia**. 1 ed. Manaus: Editora da UFAM- EDUA, 2013.

DAGNINO, R. *et al.* **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FILIZOLA, N; OLIVEIRA, M. A. **Cheias e secas na Amazônia**: breve abordagem de um contraste na maior bacia hidrográfica do globo. Revista T&C Amazônia. Ano IV, n. 9, Agosto de 2006.

FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato aságuas. 2ª edição. São Paulo: Annablume; Brasília, CNPQ, 2011.

LUKÁCS, G. As bases da atividade e do pensamento do homem. In: **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 230.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

SCHERER, E. F. **O defeso e a defesa do meio ambiente**. Manaus, 2004. Disponível em: <[http: www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/.../elenise\\_scherer.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/.../elenise_scherer.pdf)> Acesso em 22 de outubro de 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.367.

\_\_\_\_\_, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.

\_\_\_\_\_, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida** – uma interpretação da Amazônia. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.